

Política de Drogas no Brasil: Conflitos e Alternativas

Beatriz Caiuby Labate & Thiago Rodrigues (orgs).

Resumo

No mundo atual, um grande número de drogas, diferentes em seus usos e propriedades, está reunida numa mesma categoria: a de substâncias proibidas. No entanto, a perseguição a muitas dessas drogas, cujo consumo é parte de práticas sociais e culturais por vezes milenares, leva a sérios conflitos. Ao analisar a história do paradigma proibicionista no plano internacional e no Brasil, o livro visa oferecer elementos para a compreensão de como certas drogas, seus usos e seu mercado foram constituídos, ao longo do século XX, como problemas de saúde pública, segurança pública, segurança nacional e internacional. Assim, os capítulos propõem diversas visões sobre os efeitos do proibicionismo, precisamente sobre os aspectos da segurança e da saúde coletiva e individual, dando atenção à relação entre as atuais políticas de drogas, o narcotráfico e os altos níveis de violência social a ele associados. Em sintonia com o debate contemporâneo e atentos às novas propostas de alternativas legais, os capítulos promovem uma reflexão sobre experiências atuais de regulação das drogas psicoativas para além da repressão e da atualização constante de preconceitos, estigmas sociais e da permanente conversão de cidadãos em “inimigos públicos” e “morais”. Ao mesmo tempo, o livro procura fortalecer o papel, a contribuição e a especificidade das ciências sociais no debate público sobre drogas no Brasil.

Biografia dos organizadores

Beatriz Caiuby Labate é Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Suas principais áreas de interesse são o estudo de substâncias psicoativas, políticas sobre drogas, xamanismo, ritual e religião. É Diretora Executiva do Instituto Chacruna de Plantas Psicodélicas (<http://chacruna.net>), organização dedicada a promover educação pública em relação às plantas psicoativas e estabelecer diálogos entre o uso tradicional de plantas sagradas e a ciência psicodélica. É Professora Colaboradora do Programa de Psicologia Oriental-Occidental do Instituto de Estudos Integrals da Califórnia (CIIS), em São Francisco e Professora Visitante do Centro de Pesquisa e Estudos de Pós-Graduação em Antropologia Social (CIESAS), em Guadalajara. É Especialista em Educação Pública e Cultura da Associação Multidisciplinar de Estudos Psicodélicos (MAPS). É co-fundadora do Coletivo Drogas, Política e Cultura no México (<http://drogaspoliticacultura.net>) e co-fundadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP) no Brasil, além de editora de seu site (<http://www.neip.info>). É autora, coautora e coeditora de vinte livros, de uma edição especial de um journal acadêmico e de vários artigos indexados (<http://bialabate.net/>).

Thiago Rodrigues é doutor em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio doutoral na *Université* da Sorbonne Nouvelle/Paris III. É professor do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro; pesquisador do Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol/PUC-SP); pesquisador-associado à Coordenadoria Regional Investigações Econômicas e Sociais (CRIES/Argentina); pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP, www.neip.info). É autor e organizador de vários livros, dentre os quais se destacam: *Narcotráfico, uma guerra na guerra* (Desatino, 2003; 2ª ed. 2012); *Política e drogas nas Américas* (Educ/FAPESP, 2004) e *Guerra e política nas relações internacionais* (Educ/FAPESP 2010). Seus temas de interesse são narcotráfico e segurança; segurança na América Latina; atores não-estatais e segurança global; teoria pós-estruturalista das Relações Internacionais.

Índice

Prefácio

Vera da Silva Telles

Introdução: Usos e Políticas de Drogas no Brasil em Perspectiva

Beatriz Labate & Thiago Rodrigues

1. As Origens do Abstencionismo e da Proibição do Alcool na Historiografia Estadunidense e Alguns Reflexos no Brasil

Henrique Carneiro (USP/NEIP)

O capítulo examina a questão da proibição das bebidas alcoólicas entre 1919 e 1933 nos EUA em uma historiografia que ressalta os elementos do puritanismo religioso que antecederam a adoção da 18ª Emenda à Constituição dos EUA, analisa os 13 anos de sua duração e, depois, busca explicar as razões de sua revogação por outra emenda, a 21ª. Em outros países, no entanto, a proibição foi uma exceção e no Brasil, em particular, o peso da produção canavieira desestimulou as poucas iniciativas que ocorreram à mesma época da Lei Seca estadunidense.

2. Proibição e Guerra às Drogas nas Américas: Um Enfoque Analítico

Thiago Rodrigues (INEST-/NEIP) e Beatriz Labate (CIESAS/NEIP)

No início do século XX, um processo nacional e internacional colocou na ilegalidade uma grande quantidade de drogas psicoativas. O movimento histórico em direção à criminalização da produção, comércio e uso dessas drogas é uma articulação complexa entre as práticas sociais e os movimentos de segurança realizada por muitos estados em todo o mundo. Nas Américas, é possível segui-la estudando como as perspectivas morais se relacionaram com as tecnologias emergentes de governo. Este capítulo tem por objetivo apresentar um marco analítico que se refere a "problematização" e à "securitização" das drogas psicoativas nas Américas, isto é, mostrar como algumas drogas se tornaram "problemas" morais, de saúde pública e de segurança, demandando medidas severas de segurança pelos estados. O marco proposto tem cinco níveis interconectados: o nível moral/social das práticas, o nível de saúde pública, o nível de segurança pública, o nível de segurança nacional e o nível de segurança internacional. Nossa hipótese é que cada uma das nações americanas que desenvolveram os regimes proibicionistas internos enfrentaram um equilíbrio singular entre este cinco níveis de análise. Junto à exposição geral do marco analítico, apresentamos brevemente os casos históricos dos Estados Unidos, Brasil e México, a fim de sugerir como concebemos o que poderiam ser as possíveis aplicações de nossas sugestões analíticas.

3. A Política de Drogas Brasileira: Tensões entre a Repressão e as Alternativas

Thiago Rodrigues (INEST-/NEIP) & Beatriz Labate (CIESAS/NEIP)

O debate sobre a política de drogas alcançou uma grande relevância na sociedade brasileira. Propostas voltadas à transformação da tradicional política repressiva disputam espaço com outras interessadas em manter, ou até mesmo em aprofundar, o proibicionismo. Esse capítulo apresenta

narrativas produzidas ao longo da história do proibicionismo brasileiro, do começo do século XX até o tempo presente, atento aos seus diversos desdobramentos jurídicos. Entre outras repercussões, a política de drogas brasileira é apresentada em suas conexões com o proibicionismo internacional e a chamada “guerra às drogas”, com atenção para as posturas progressistas que, agora, confrontam as práticas coercitivas e punitivistas. São expostas as tensões que hoje modelam a política de drogas brasileira. Essa política oscila, de um lado, entre o apoio à militarização do combate ao narcotráfico, a perseguição moral de usuários e adictos, e existência de controversos projetos para o tratamento de usuários e, de outro lado, pela força crescente dos movimentos progressistas locais atravessados pela influência reformista proveniente de outros países latino-americanos e das recentes experiências legais nos EUA referentes à regulação do uso recreativo de cannabis. Os autores concluem sua exposição indicando as procedências políticas e morais das várias práticas e discursos sobre drogas em disputa, procurando compreender, pelo estudo do caso brasileiro, as implicações mais amplas das atuais mudanças no regime proibicionista global.

4. A Lei de Drogas na Composição do Primeiro Comando da Capital

Karina Biondi (UFSCar)

Este capítulo versa sobre a relação entre questões referentes a drogas e o Primeiro Comando da Capital (PCC) e está dividido em duas partes. Após apresentar sucintamente a abordagem que confiro ao *Comando* (algo da ordem do acontecimento, como algo que acontece a partir da dinâmica de *ideias* e movimentos que o constituem), na primeira parte abordarei a extinção do comércio e consumo de crack nas cadeias paulistas e os esforços empregados para a manutenção de uma *ética* que envolve o consumo de outras substâncias. Na segunda parte, mostrarei as transformações pelas quais essa política do PCC passou com o advento da Lei de Drogas. Ao conferir primazia às relações (em detrimento aos termos), meu objetivo é mostrar de que modo questões relativas a drogas – sejam elas ligadas ao consumo, ao comércio ou às leis que lhe concernem – são inerentes às formas assumidas pelo PCC, mas também como políticas estatais, disposições legais e atuações oficiais fazem parte da própria composição do *Comando*. Tornando visíveis as relações que constituem o PCC, espero mostrar o entrelaçamento e a conjugação (ao invés da simples oposição) entre, de um lado, as formas estatais e legais e, de outro, as criminosas, informais, ilegais.

5. Carros, Drogas, Seguros: Negócios Articulados

Gabriel Feltran (USFCar) e Filipe Horta (USFCar)

O capítulo estuda a articulação entre os mercados de carros roubados/furtados e o tráfico de drogas, verificando o papel das seguradoras, das legislações nacionais e das políticas produzidas por coletivos criminais, como o Primeiro Comando da Capital, na disputa por sua regulação. Em ruptura com abordagens da “questão das drogas” e do crime violento centradas nos desvios de conduta individual, na pobreza, na “ausência de Estado” ou na desagregação familiar, argumenta-se que o conflito urbano contemporâneo, manifesto na representação da “violência urbana”, teria na disputa pelo lucro desses mercados legais-ilegais uma de suas bases materiais fundamentais. A argumentação se ampara em pesquisa de campo nas periferias de São Paulo, seguida de trabalho documental, em bases de dados e material de imprensa.

6. As Dinâmicas Faccionais do Crime no Rio de Janeiro e o Advento das “Unidades de Polícia Pacificadoras” (Upps)

Antonio Rafael Barbosa (UFF)

Neste capítulo busco apresentar resumidamente a maneira como o mercado de drogas vem se configurando no Rio de Janeiro nas últimas décadas, assim como efetuar algumas considerações sobre o impacto de uma nova experiência de polícia de proximidade, as Unidades de Polícia Pacificadora, nestes mercados varejistas da droga que se processam nas favelas e comunidades pobres da cidade.

7. A “Burrocracia” da “Guerra”: A Investigação de Homicídios Relacionados ao “Tráfico de Drogas” na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Flavia Medeiros (UFF/NEIP)

O presente capítulo demonstra como a polícia se utiliza de um intrincado sistema de registros e formalidades orientados por valores morais para por em prática ferramentas do viés “necropolítico” do Estado atuando pela burocracia numa “guerra” que dá forma ao exercício do poder soberano que controla a morte e os mortos. Para isso, apresento como homicídios relacionados ao tráfico de drogas são administrados e classificados pelo Estado através da ação de agentes responsáveis pela investigação de mortes e pela captura de suspeitos das mesmas. Os dados são provenientes de trabalho de campo conduzido durante o ano de 2014 numa “Divisão de Homicídios” (DH) na região metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil, unidade da Polícia Civil especializada na investigação de mortes classificadas como homicídios e demais crimes contra a vida. Na repartição policial, observei o cotidiano dos policiais civis e como esses investigavam distintos casos de homicídio. Ao observar as etapas de elaboração deste procedimento, identifiquei “técnicas” e “moralidades” articulados na construção de verdades sobre homicídios e que tem nas categorias nativas: “burrocracia” e “guerra” a expressão do como os agentes se referem à administração do Estado do qual são parte. Levo à sério tais categorias para elucidar a ostensividade da burocracia no cotidiano de registros, o contexto da disputa armada pelo território entre/com membros do “tráfico de drogas” e como a polícia participa administrativamente dos conflitos e cumpre com seu rol no Estado necropolítico.

8. Pacificação, Militarização e a “Guerra às Drogas” no Brasil

Thiago Rodrigues (INEST-/NEIP) e Beatriz Labate (CIESAS/NEIP)

A política de drogas no Brasil tem procedências que remontam a uma mais ampla história de repressão dirigida aos grupos sociais marginalizados, especialmente as populações pobres e negras que vivem em favelas e periferias das grandes cidades. Baseada na identificação de “inimigos internos”, essa tradição repressiva assumiu muitas formas desde épocas coloniais. Nesse capítulo, levantamos a hipótese de que é possível analisar a atual “guerra às drogas” no Brasil seguindo as contemporâneas políticas de “pacificação” voltadas a algumas favelas no Rio de Janeiro. Esse processo envolve a Polícia Militar estadual e, pontualmente, as Forças Armadas, num programa inédito de conquista e ocupação de áreas previamente sob o controle de grupos narcotraficantes. Argumentamos que a “militarização” da segurança pública no Rio de Janeiro – justificada pelo combate ao tráfico de drogas – não é apenas um mero caso de engajamento de militares em funções policiais. Mais que isso, trata-se de um processo complexo que articula polícia, Exército, agências governamentais, ONGs e empresas privadas que acionam uma nova dimensão de governo biopolítico sobre determinadas áreas urbanas.

9. Encarceramento e Medicalização: Técnicas de Produção e de Gestão do Sofrimento

Fábio Mallart (USP)

A proposta de trabalho que ora apresento tem como base pesquisa etnográfica realizada em distintos territórios urbanos da cidade de São Paulo, entre os quais, periferias, prisões, espaços de internação para adolescentes, hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, centros de atenção psicossocial especializados em álcool e drogas (CAPSad) e regiões como a chamada “cracolândia paulistana”. Consiste em uma tentativa de compreender as crescentes práticas de encarceramento em massa e medicalização, que operam como técnicas de gestão de corpos considerados indesejáveis e perigosos. Considerando a dinâmica das prisões, e tendo em mente as múltiplas conexões com outros espaços da cidade, nota-se que efeitos desencadeados pela própria experiência do encarceramento – físicos e mentais – são geridos via substâncias psiquiátricas. Nesse sentido, trata-se de evidenciar que as pílulas psiquiátricas operam como mecanismo de administração química de corpos e mentes, mas também como técnica de controle da população carcerária e, principalmente, como instrumento de gestão de um espaço sempre superlotado.

10. “Pacote de Direitos” e Repressão na “Cracolândia” Paulistana: Dois Anos do Programa De Braços Abertos (Jan 2014-Jan 2016)

Taniele Rui (UNICAMP/CEBRAP/NEIP)

Guiada pela experiência como pesquisadora na região estigmatizada como “cracolândia”, em São Paulo, a proposição desse capítulo explora a ambivalência recente entre a oferta de direitos, expressa através do Programa De Braços Abertos e a continuidade das atividades repressivas na região. Através da trajetória de Luana e de dados quantitativos e qualitativos de uma pesquisa de avaliação preliminar do programa, busca-se demonstrar que a injunção entre direito e repressão, de um lado, evoca a heterogeneidade das ações públicas do Estado contemporâneo voltadas a esses sujeitos, de outro, revela, no caso das políticas sobre drogas, os entraves de ações políticas consideradas progressistas diante do marco proibicionista vigente. O capítulo visa tanto contribuir especificamente para uma perspectiva mais complexificada da ação pública municipal nessa região da “cracolândia” quanto, de modo ampliado, para a reflexão sobre as novas modalidades combinatórias, quiçá nexos constitutivos, entre direito e repressão, cuidado e controle, compaixão e ordem, presentes nas formas contemporâneas de “gerir a precariedade”.

11. Notas sobre a Lógica Bélica das Políticas Estatais e Evangélicas no Combate ao Crack em São Paulo

Deborah Fromm (UNICAMP/NEIP)

A presente proposta tem em vista a questão das drogas, principalmente do crack, no Brasil, na sua interface entre a expansão evangélica e a crescente militarização dos espaços urbanos, sobretudo nas periferias da cidade. Considerando que a gestão dessas populações e espaços marginais não se restringe às ações estatais e tendo em vista o atual contexto brasileiro de “Guerra contra o Crack”, este trabalho lança luz para uma política missionária de Igrejas Batistas voltada para o combate ao crack em nível nacional. Com base na trajetória de um interlocutor usuário de crack que passou pelo processo de conversão religiosa implicado no tratamento batista, obtida durante os quatro anos (2011-2015) de pesquisa de campo na Missão Batista Cracolândia, situada na região da estigmatizada como Cracolândia, no centro de São Paulo, pretendo, mais especificamente,

problematizar a significativa presença de uma percepção bélica tanto nas políticas estatais quanto nas políticas batistas no que tange às respectivas elaborações sobre a “questão do crack” no Brasil. Argumento que há uma correspondência entre processos de demonização de populações e territórios marginais, empreendidos por evangélicos, e os processos de criminalização dos mesmos, pelo Estado.

12. Sobre os Controles em torno do Consumo de Drogas: Uma Reflexão sobre a “Indústria de Tratamento das Drogas”

Frederico Policarpo (UFF/NEIP)

A aproximação entre o poder jurídico e o saber científico que informa o dispositivo das drogas é um fenômeno já bem debatido. Considera-se que o desenvolvimento desta matriz médica-jurídica faz parte de processos políticos e históricos que levaram à centralização das relações de poder sob a organização do Estado moderno e valorização do autocontrole das condutas. Quer tenha sido resultado da ampliação das cadeias de interdependência social e da competição, que caracteriza o “processo civilizador”, quer das técnicas de sujeição às relações docilidade-utilidade, que caracteriza as “disciplinas”, o que importa é observar que a esfera jurídica vai incorporando, pouco a pouco, outros saberes, outras técnicas, para além das técnicas punitivas simplesmente repressoras. Neste capítulo, a mera repressão jurídica, baseada na simples oposição binária entre o permitido e o proibido, legal e ilegal, vai dando espaço a outras formas de controle, baseada nas normas. Decorre desse fracionamento do poder legal de punir, das crescentes modulações entre a lei propriamente dita e as normas, a formação de uma imensa “indústria de tratamento de drogas”. Essa indústria faz com que as drogas sejam “uma espécie de máquina de movimento perpétuo”. O sucesso desta “máquina de movimento perpétuo” se deve à sua capacidade de produzir tanto os fármacos quanto as drogas, tanto a lei e as instituições repressivas como a sanção normalizadora e as instituições de tratamento. Este capítulo discute o seu funcionamento levando em consideração pesquisas etnográficas nas cidades do Rio de Janeiro, Brasil, e de San Francisco, EUA.

13. Planta, Droga Ilegal e Remédio: Notas para um Estudo sobre o Uso Medicinal da Maconha no Rio de Janeiro

Emilio Figueiredo (Growroom), Frederico Policarpo (UFF/NEIP), Marcos Veríssimo (UFF)

A partir da Marcha da Maconha do ano de 2014 na cidade do Rio de Janeiro, um novo “coletivo” passou a figurar naquele ato, levado pelos “cultivadores”. Trata-se das “mães” de pacientes de uso medicinal da maconha, que a partir de então ocupam o lugar de “comissão de frente”, juntamente com seus filhos, à frente, à testa da marcha. O encontro das “mães” com os “cultivadores” se deu em um contexto de descobertas sobre a eficiência do uso da maconha como terapia para casos de epilepsia infantil. O fato de a maconha aparecer como um remédio que cura crianças não poderia deixar de ser colocado como um valor por aqueles que militam há tempos pela “legalização” da maconha no Brasil. Valores apoiados pela imagem da mãe que faz tudo pelo bem-estar do filho, a ponto, não só de “colocar a cara” na Marcha da Maconha, mas também de traficar produtos ilegais que possam usar como remédio. Da família que sofre pela séria e incapacitante doença de um dos seus, em que cada membro tem o compromisso de em alguma medida tornarem-se jardineiros de plantas ilegais, se preciso for. Em suma, o valor da compaixão pela criança que sofre. O resultado desse encontro é a criação de uma associação civil sem fins lucrativos, a ABRACannabis. A associação conta também com os “pesquisadores” que se somam aos esforços de avançar com a produção local do cultivo de maconha, bem como da extração do óleo para uso medicinal. Neste

capítulo, empreendemos uma etnografia das reuniões da ABRACannabis no intuito de observar de perto o movimento original que é esta forma de associativismo.

14. Alguns Desafios Pós-Proibicionistas: O Caso da Regulação da Maconha

Maurício Fiore (PBPD/CEBRAP/NEIP)

Tendo como ponto de partida a decadência do proibicionismo, esse capítulo apresenta os principais pressupostos desse paradigma que definiu um novo lugar para o Estado diante do fenômeno do uso de drogas. A crítica ao paradigma proibicionista, conhecida como o campo antiproibicionista, deve superar algumas armadilhas que reproduzem alguns equívocos atuais. A partir do debate sobre os diferentes modelos de regulação da maconha, o capítulo apresenta algumas consequências danosas que devem ser evitadas, não obstante a maior delas continue a ser a manutenção da proibição. Sob inspiração do trabalho de Beau Kilmer sobre os 10 “P’s” legalização, o capítulo discute pontos cruciais para o debate do modelo de regulação de maconha. Fatores como produção, preço, promoção, prevenção e pureza são apresentados a luz de algumas peculiaridades brasileiras. Por fim, discute-se brevemente os dois grandes modelos concretos de legalização da maconha atualmente em andamento, nos EUA e no Uruguai, levantando-se alguns de seus pontos fortes e de suas potenciais lacunas.

Biografia dos autores

Henrique Carneiro é historiador, bacharel, mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágios acadêmicos na França e na Rússia. Foi durante cinco anos (1998-2003) professor na Universidade Ouro Preto (UFOP). Atualmente é professor na cadeira de História Moderna no Departamento de História da USP e pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP). Publicou seis livros, é co-organizador de duas coletâneas e escreve em jornais e revistas acadêmicas. Sua linha de pesquisa é sobre a história da alimentação, das drogas e das bebidas alcoólicas e é coordenador do Laboratório de Estudos Históricos das Drogas e da Alimentação (LEHDA) no DH/FFLCH/USP.

Karina Biondi é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente, é pós-doutoranda na mesma instituição. É também pesquisadora colaboradora na Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Hybris - Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos, Socialidades e de seu subagrupamento LEAP - Laboratório de Estudos sobre Agenciamentos Prisionais. Também é pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP). Autora de "Junto e Misturado: uma etnografia do PCC", que teve sua versão em inglês publicada pela University of North Carolina Press sob o título "Sharing this Walk: An Ethnography of Prison Life and the PCC in Brazil".

Gabriel Feltran é Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Coordenador de Pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e Pesquisador do Núcleo de Etnografias Urbanas do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Atualmente pesquisa as dinâmicas

sociais, políticas e de mercado nas periferias urbanas, com foco nos grupos marginalizados e no "mundo do crime" em São Paulo. Coordenador do NaMargem - Núcleo de Pesquisas Urbanas, que integra os projetos "As margens da cidade" (CEPID/CEM - FAPESP) e "A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea" (Temático FAPESP/USP).

Filipe Horta é Mestre em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Atualmente é doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). Desde 2010 é Pesquisador do NaMargem-Núcleo de Pesquisas Urbanas (UFSCar) e Pesquisador Júnior do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/CEBRAP). É também Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Com foco analítico nas margens, conflitos e interações sociais, desde a graduação faz pesquisa histórica no Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA), tendo por objeto investigativo uma antiga prisão.

Antonio Rafael Barbosa é professor do Departamento de Antropologia e do PPGA da Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro). Desenvolve pesquisas com os seguintes temas: movimentos minoritários; práticas de uso e comércio de drogas; sistema penitenciário. É autor do livro "Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro" (EDUFF, 1998) e organizador da coletânea "(I)legal: etnografias em uma fronteira difusa" (EDUFF, 2013).

Flavia Medeiros é antropóloga. Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil tendo realizado estágio de doutorando-sanduíche na UC Hastings College of the Law, São Francisco, Califórnia, EUA. É pesquisadora vinculada ao Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (NUFEP), ao Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC) e ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP). É autora do livro "Matar o Morto: Uma Etnografia do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro" (EdUFF, 2016). Em suas pesquisas, tem como foco os controles institucionais dedicados aos mortos e suas interseções entre o direito e outros saberes. Suas etnografias tem como temas principais morte, medicina-legal, homicídios, perícia, burocracia, violência, segurança pública, emoções e moralidades.

Fábio Mallart é Mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Doutorando em Sociologia pela mesma Universidade (bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP). É integrante do Núcleo de Etnografias Urbanas, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). É autor do livro *Cadeias dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos* (Ed. Terceiro Nome/FAPESP). Se dedica à pesquisa de temas em sociologia urbana, tendo como foco de suas investigações as dinâmicas criminais, o sistema prisional, o sistema socioeducativo de internação para adolescentes e as políticas governamentais de controle do crime.

Taniele Rui é Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. Atualmente é professora do Departamento de Antropologia da Unicamp e pesquisadora do Núcleo de Etnografias Urbanas, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). É membro também do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre psicoativos (NEIP, www.neip.info). Vem se dedicando à pesquisa de temas em antropologia urbana, com foco em vidas e situações-limites, produzindo investigações etnográficas sobre margens urbanas, políticas sociais destinadas a populações em situação de risco e vulnerabilidade, corporalidades abjetas, violência, segurança pública, saúde pública, instituições totais, consumo de drogas e projetos políticos/terapêuticos concorrentes sobre drogas (como, por exemplo, disputas entre programas de redução de danos e comunidades terapêuticas).

Deborah Fromm é formada no curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2013. Atualmente é mestranda em Antropologia Social pela Unicamp, bolsista FAPESP e pesquisadora do Namargem - Núcleo de Pesquisas Urbanas (UFSCar/ CEM/ CEBRAP) e do Núcleo de Etnografias Urbanas (NEU/ CEBRAP). Além disso, é membro do Projeto Temático Fapesp "A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista", coordenado pela Prof. Vera Telles (USP). Trabalha no campo da Antropologia Urbana com questões relacionadas com políticas de drogas e a gestão e conversão religiosa de usuários de crack.

Frederico Policarpo possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestrado e Doutorado em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF). É Professor Adjunto de Antropologia no curso de Políticas Públicas, Departamento de Educação, Campus Angra dos Reis, da Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF). É pesquisador vinculado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia- Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), da Universidade Federal Fluminense e também pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP). É autor de *O consumo de drogas e seus controles: uma perspectiva comparada entre as cidades do Rio de Janeiro, Brasil, e San Francisco, EUA* (Consequencia, 2016), e co-organizador de *Drogas, Políticas Públicas e Consumidores* (Mercado de Letras/NEIP, 2016).

Marcos Alexandre Veríssimo da Silva é Doutor pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Universidade Federal Fluminense. Mestre em Antropologia pelo mesmo programa. Especialista em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense. Graduado em Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador associado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC). Áreas de interesse: conflitos relacionados às "drogas" (lícitas e ilícitas) e seus usos, mercados, produção e repressão; antropologia visual; e estudos de manifestações artísticas e culturais construídas por grupos sociais mais ou menos definidos.

Emilio Figueiredo é advogado na Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas, pós-graduado em Responsabilidade Social e Terceiro Setor (IE/UFRJ), defensor de usuários medicinais e cultivadores domésticos de maconha, consultor jurídico do Growroom.net e de associações de usuários medicinais de maconha. Também é do Conselho Consultivo da Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD).

Maurício Fiore é mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e como coordenador científico da Plataforma Brasileira de Política de Drogas. Também é pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP). Investiga o uso de substâncias psicoativas sob diferentes perspectivas e é autor e organizador de trabalhos sobre o tema, dentre os quais, se destacam, os livros "Uso de Drogas: Controvérsias e Perspectivas" (Mercado de Letras, 2007) e "Drogas e Cultura: Novas Perspectivas" (EDUFBA/Minc, 2008).

